

MP de Itamar extingue o CFE

■ Ministro diz que o Conselho Federal de Educação virou um “balcão de negócios”

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco extinguiu o Conselho Federal da Educação (CFE) e criou no seu lugar o Conselho Nacional de Educação. O Diário Oficial de ontem publicou a medida provisória que também modifica a composição do órgão e lhe dá novas atribuições. O ministro da Educação, Murílio Hingel, explicou que a extinção foi provocada pela distorção das ações do CFE. “Há membros do Conselho que o transformaram em um balcão de negócios”, disse.

O ministro Hingel admitiu que o CFE estava cumprindo “um papel cartorial.” Os 24 membros, indicados pelo presidente da República para um mandato de seis anos, recebiam cartas-consulta e projetos de criação ou reconhecimento de cursos, universidades ou entidades de ensino superior. Hingel explicou que a falta de fiscalização do órgão, que agia independentemente do Ministério da Educação e da Presidência da República, resultou em uma expansão desordenada de cursos, faculdades e universidades em

lugares em que não havia condições de se garantir ensino de qualidade. “Não havia critério nesta expansão”, afirmou.

Cenário — “O novo regulamento permite que se abra inquérito administrativo para rever este cenário”, afirmou, reconhecendo, no entanto, que o MEC ainda não está aparelhado para estas ações. Como trunfo, o ministro adiantou que tem muitas informações sobre as escolas, reunidas na época de discussão das regras de conversão das mensalidades escolares. “Os

cursos *fantasmas* correm o risco de serem fechados”, afirmou.

O CNE, agora subordinado ao Ministério da Educação (MEC), irá formular as diretrizes da educação básica e de ensino especial, médio e superior. O regimento interno do CNE será elaborado por uma comissão, que terá até 30 de abril para estruturar o novo órgão e reunir os membros. A MP dá poderes ao ministro Murílio Hingel para exercer temporariamente as funções do antigo presidente do CFE.